

ODAIR LUIZ MANTOVANI

**GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E SEUS EFEITOS
NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista Curso de Especialização – MBA em Gestão Empresarial do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Romeu Rossler Telma

CURITIBA

2004

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	iv
1 INTRODUÇÃO	1
2 A GLOBALIZAÇÃO	3
2.1 O SIGNIFICADO DA GLOBALIZAÇÃO	3
2.2 BREVE HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO	4
2.3 FATORES CONDICIONANTES DA GLOBALIZAÇÃO E SEUS RESULTADOS	5
2.4 COMO SE PROCESSA A GLOBALIZAÇÃO	6
2.4.1 Tecnologia	7
2.4.2 Organização Corporativa	7
2.4.3 Políticas Públicas	8
3 A ABORDAGEM FINANCEIRA DA GLOBALIZAÇÃO	10
3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS	10
3.2 GLOBALIZAÇÃO COMO FENÔMENO FINANCEIRO	11
3.3 FATORES IMPULSIONADORES DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	13
3.4 AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO	15
3.5 EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA	15
4 A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL	17
4.1 O BRASIL DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO	17
4.2 O PROCESSO DE ABERTURA DO BRASIL	19
4.2.1 A Abertura do Mercado de Capitais do Brasil	20
5 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	22
5.1 COMO ESTÁ ACONTECENDO A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	22
5.2 REFLEXOS NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO	24
5.2.1 Mudanças na Intermediação Financeira	24
5.2.2 Introdução de Novos Produtos	25
5.2.3 Novas Tecnologias e Qualificação Profissional	25
5.2.4 Mudanças na Regulamentação e na Normatização	26
5.3 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO SETOR BANCÁRIO	26

6	AJUSTES ESTRUTURAIS DEVIDO À GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	34
7	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

LISTA DE SIGLAS

ALCA	ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
ANDIMA	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE MERCADO ABERTO
APEC	COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACÍFICO
BOVESPA	BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GATT	ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IED	INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO
MERCOSUL	MERCADO COMUM DO SUL
NAFTA	ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80 a evolução da economia mundial tem sido marcada pelos resultados dos processos de liberalização financeira realizados nos principais países desenvolvidos.

As inovações financeiras acompanhadas da intensificação na atividade de seus mercados de ativos, têm ocasionado uma explosão nos volumes de transações cambiais graças à liberalização do sistema financeiro global.

A liberalização financeira nas principais economias avançadas e periféricas ensejou a constituição de um megamercado mundial com o funcionamento de um mercado unificado de dinheiro e ativos não-monetários em escala global.

Segundo a Revista CARTA MENSAL (2000, p. 77-92), com a globalização, a necessidade de integração das economias dos países desenvolvidos com a dos países em desenvolvimento se impõe, porque a sobrevivência do capitalismo em termos mundiais depende do crescimento econômico do mundo em desenvolvimento, ou seja, para que países da Europa ou Estados Unidos tenham crescimento à média anual de 2,5% a 3%, os países em desenvolvimento precisam crescer a taxas de 6,5% e 7,5% ao ano.

O processo de integração entre as economias nacionais, fez surgir blocos econômicos regionais como a União Européia, o Nafta, a APEC e o Mercosul, e ALCA em via de formação. Esta integração econômica regional interessa às empresas multinacionais, porque dela resulta a liberalização do comércio intrablocos, bem como aos países integrantes de cada bloco, especialmente os países em desenvolvimento, como o Brasil, que vislumbram a possibilidade de atrair investimentos dos quais tanto carecem.

Tem-se observado que a globalização traz graves conseqüências aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos ocorre a exclusão social de amplas camadas da população com o desemprego em massa, graças ao uso de novas tecnologias e novos modelos de gestão empresarial nos processos produtivos. Nos países em desenvolvimento, acontece a perda da soberania nacional com a subordinação dos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, às regras impostas pela Organização Mundial do Comércio e

pelos blocos multinacionais que nem sempre correspondem aos interesses das nações hospedeiras.

As instituições financeiras constituem a atividade econômica com maior globalização, iniciando-se com os bancos comerciais. Mais recentemente, os bancos de investimento e os mercados de capitais aumentaram seus índices de globalização.

No caso específico da globalização financeira no Brasil, o que tem se observado é o grande aporte de instituições financeiras estrangeiras ao nosso país, graças à liberalização financeira e cambial, e ao tamanho do mercado interno brasileiro por serviços bancários, que se constitui em um fator determinante de atração dos bancos estrangeiros.

Atualmente, existe uma tendência de convergência das taxas de inflação e de juros entre alguns países e quando não existe a influência da variação de uma dessas taxas em um país influencia na alteração das taxas da maioria dos outros países.

Os custos financeiros internacionais caíram significativamente, indicando o efeito do aumento da competitividade provocada pela globalização financeira. Dentro dessa conjuntura, o Brasil cuida de sua imagem de risco país, para que possa atrair cada vez mais investimentos.

2 A GLOBALIZAÇÃO

2.1 O SIGNIFICADO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização é evidenciada como um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. É um processo através do qual se expande o mercado e onde as fronteiras nacionais parecem mesmo desaparecer, por vezes, nesse movimento de expansão. Trata-se da continuação do processo de internacionalização do capital, que se iniciou com a extensão do comércio de mercadorias e serviços, passou pela expansão dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, generalizou o deslocamento do capital industrial através do desenvolvimento das multinacionais.

O capitalismo passa para um novo surto de universalização, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esta nova divisão transnacional do trabalho envolve a redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo. Em lugar da concentração da indústria, centros financeiros, organizações de comércio, agências de publicidade e mídia impressa e eletrônica nos países dominantes, verifica-se a redistribuição dessas e outras atividades por diferentes países e continentes.

A emergência de países e cidades globais é um produto e uma condição do modo pelo qual se dá a dispersão das atividades econômicas pelo mundo. Graças aos recursos tecnológicos propiciados pela eletrônica e informática, ocorre todo um vasto rearranjo do mapa do mundo, produzindo-se novas redes de articulações, por meio das quais se desenham os contornos e os movimentos, as condições e as possibilidades do capitalismo global. Assim, um dos signos principais dessa globalização do capitalismo, é o desenvolvimento do capital em geral, transcendendo mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturas e civilizações. (IANNI, 1997)

2.2 BREVE HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização que se apresenta na atualidade é reflexo natural do capitalismo originado da época do feudalismo e que se expandiu, progressivamente a partir do século XV. A globalização do capital iniciou-se também nesta época, com as correntes de comércio que vários países europeus mantinham com o Oriente a partir da descoberta da América por Cristóvão Colombo.

A partir do século XX, a mundialização do capital acelerou-se, mesmo ocorrendo as duas grandes guerras mundiais. Na década de 50, a globalização atingiu a culminância com a expansão do comércio internacional e a transferência de capitais dos países capitalistas centrais para os periféricos através de vultosos financiamentos e investimentos diretos.

Segundo Francisco de Assis GRIECO (1997, p. 160-163), o processo de globalização ou integração econômica mundial atual é o resultado de cinco grandes acontecimentos:

- a) fim da guerra fria - ou o esfacelamento da União Soviética que propiciou o aumento do sistema capitalista mundial pela incorporação dos países do ex-bloco socialista do Leste Europeu, como também a abertura das economias de China e Cuba ao capital estrangeiro;
- b) desgaste do modelo de crescimento industrial do pós-guerra, baseado na produção de bens de consumo duráveis, tecnologias altamente intensivas em capital, grande consumo de energia e poluição do meio ambiente. A mudança para novas tecnologias baseadas na microeletrônica e informática tem causado grande impacto nos setores econômicos. Os antigos conceitos empresariais baseados no taylorismo ou fordismo, estão sendo substituídos pela qualidade total, reengenharia, *benchmarking* e o *just-in-time*. Outrossim, a necessidade de integração das economias dos países desenvolvidos com os dos países em desenvolvimento se impõe como objetivo vital de sobrevivência do capitalismo moderno.
- c) A desregulamentação e advento das novas tecnologias de informação no final dos anos 70 têm incentivado a globalização. Com as transações de câmbio ultrapassando 600 bilhões de dólares por dia ao final dos anos 80

e um trilhão de dólares por dia em 1993, a globalização financeira reduziu consideravelmente o poder de controle dos bancos centrais sobre o valor das divisas, agravou a instabilidade financeira e as flutuações das taxas de câmbio devido a especulação e diminuiu a autonomia da política monetária e fiscal dos governos.

- d) a mundialização das atividades das empresas multinacionais do setor manufatureiro e de serviços, que tem reforçado a concorrência global entre as empresas, devido a cooperação com o estabelecimento de alianças para enfrentar a concorrência;
- e) a ameaça ecológica devido ao crescimento populacional, a rarefação do ozônio, aquecimento do planeta devido ao efeito estufa, e escassez de água são fatores que mereceram uma abordagem global no final dos anos 80.

2.3 FATORES CONDICIONANTES DA GLOBALIZAÇÃO E SEUS RESULTADOS

Ricardo PETRELLA, em seu artigo, *Les Nouvelles Tabelas de La Loi*, publicado no *Le Monde Diplomatique* (out/1995) e citado no jornal A Tarde de Salvador/Bahia (12/12/95, p. 4), destaca como condições básicas para o crescimento do capitalismo na conjuntura atual os modelos de desenvolvimento que o processo de globalização pretende imprimir em todo o mundo:

- a) mundialização das finanças, capital, mercados, empresas e estratégias;
- b) adaptação dos sistemas produtivos à revolução científica e tecnológica em curso nos domínios energético, dos materiais, biotecnologia, informação e comunicação;
- c) a percepção de que cada indivíduo deve tornar-se mais forte, melhor, ganhador: ênfase para o aspecto competitivo em substituição ao aspecto da cooperação;
- d) liberalizar os mercados nacionais para construir um mercado mundial, único, onde circularão livremente mercadorias, capitais, serviços e pessoas, sem proteção nacional nem interesse da sociedade ou vontade popular soberana;

- e) desregulamentação de mecanismos de direção e orientação da economia. O poder de ditar normas ou princípios não caberia aos cidadãos ou Estado, mas ao funcionamento do mercado.
- f) privatização de setores inteiros da economia, como: transportes urbanos, estradas de ferro, saúde, hospitais, educação, bancos, seguradoras, cultura, distribuição de água, eletricidade, telefone, etc..

Como resultado desse processo de globalização no Brasil, evidencia-se o seguinte cenário:

- a) desemprego em massa devido à modernização dos setores produtivos;
- b) perda de controle da economia nacional em favor dos grupos econômicos internacionais;
- c) poder de decisão fora do Estado-Nação, sobre investimentos e produção dos setores econômicos;
- d) perda da soberania nacional em favor às regras da OMC - Organização Mundial do Comércio, às decisões das empresas e financeiras multinacionais ou blocos econômicos de que fazem parte;
- e) exclusão de grande parte da população mundial que ficará a margem dos frutos do progresso econômico e social;
- f) comprometimento do meio ambiente global diante do enfraquecimento dos Estados-Nações e o poder do capital.

Com a substituição da lógica da cooperação pela lógica da competição, não há dúvida que a globalização vem trazer profundas contradições sociais em cada nação, bem como grandes conflitos internacionais entre nações, empresas ou blocos econômicos, ressurgindo também, revoluções sociais, lutas étnicas, guerras regionais localizadas.

2.4 COMO SE PROCESSA A GLOBALIZAÇÃO

Conforme Antônio Côrrea de LACERDA, (1998, p. 13-28), o processo de globalização da economia mundial se processa segundo as tendências registradas em três fatores: tecnologia, organização corporativa e políticas públicas.

2.4.1 Tecnologia

A maioria das empresas modernas prefere centrar sua atenção e esforços, cada vez mais, em favorecer o desenvolvimento/difusão/adoção de novas tecnologias. Dentre estas tecnologias podemos enumerar: inovações em áreas-chave como a microeletrônica e a informática com reflexos favoráveis sobre os custos de áreas com elevado potencial “sinérgico” (comunicações, armazenagem, transferência de dados e informações e transportes em geral).

Este progresso tecnológico é exatamente o que as hierarquias corporativas requerem para fazer florescer e consolidar a dimensão micro-econômica deste processo de globalização, porque permite reduzir distâncias, economizar tempo, miniaturizar tamanhos, reduzir pesos, agigantar os graus de precisão, aumentar a qualidade, desagregar/agregar, etc. Outrossim, estas inovações tecnológicas permitem flexibilidade em decisões das organizações, determinando para quem produzir, como fazer e quando e onde fazer.

2.4.2 Organização Corporativa

Com a redução de custos de produção, comercialização e transação - ocasionada pela incorporação de progresso técnico, houve a adoção de novos modelos organizacionais por parte das hierarquias corporativas transnacionais (tanto na esfera real da economia como na financeira).

Diferentemente do antigo modelo de produção, que consistia em replicar uma versão da firma original em pequena escala nos países onde se instalavam, o atual modelo organizacional localiza suas operações, como: produção, abastecimento, publicidade, assessoramento jurídico, contabilidade, auditoria, controle e administração de estoques, em locais diferentes ao redor do mundo.

Assim, este novo sistema de produção “flexível” localiza sua função corporativa em locais que forem mais convenientes, aproveitando as vantagens comparativas de cada território. Esta escolha da combinação perfeita está condicionada às vantagens comparativas que cada território pode oferecer como:

- a) fornecedores com insumos mais baratos, de melhor qualidade e mais próximos aos centros de produção;

- b) situar os sistemas de produção em locais mais próximos aos centros de venda ou consumo de seus produtos;
- c) usar tecnologias mais convenientes, independente da origem nacional das mesmas.

Desta forma, toda esta gama gigantesca de operações visa assegurar a competitividade e rentabilidade para a organização.

Para se alcançar a superioridade econômica neste modelo organizacional, é preciso que a empresa tenha flexibilidade e adaptabilidade à circunstâncias geralmente mutantes e difíceis de antecipar, o que permite às hierarquias corporativas mais eficiência e produtividade, através de um maior grau de exposição à concorrência global.

2.4.3 Políticas Públicas

Dentre estas políticas destaca-se a criação do GATT em 1947, que permitiu reduzir as tarifas aduaneiras de 40% a um nível médio de 4% na Rodada Uruguai. Assim como estas iniciativas, houve outras, como às vinculadas à criação da Organização das Nações Unidas e suas diversas instituições especializadas, como o FMI e o Banco Mundial.

A busca de condições para o florescimento do processo de globalização na década de 90, fez com que políticas domésticas fossem formuladas, desenhadas e implementadas no contexto de programas de estabilização, ajuste e/ou reformas estruturais de corte liberalizante, visando maior eficiência, flexibilidade, competitividade externa e capacidade produtiva das economias nacionais. Exemplos disso, são os programas de descentralização fiscal, desregulamentação financeira, liberalização comercial, privatização/desincorporação de empresas públicas e reformas tributárias com os requerimentos lógicos desses programas, principalmente com a liberalização do setor externo.

Todos estes fatores resultam que a globalização leva à perda de autonomia dos países. Todos estes fatores deixam muitos países, como o Brasil, vulneráveis, porque a crescente mobilidade do capital – controlado por agentes econômicos transnacionais que operam de maneira cada vez mais desterritorializada, age

segundo suas próprias hierarquias corporativas transnacionais, sem observar interesses dos países.

3 A ABORDAGEM FINANCEIRA DA GLOBALIZAÇÃO

3.1 PRINCIPAIS ASPECTOS

Segundo Reinaldo GONÇALVES (1994, p. 158-162), a globalização financeira pode ser entendida como um fenômeno com três dimensões que se reforçam mutuamente:

- a) integração entre os sistemas financeiros nacionais - entre países desenvolvidos e os “mercados emergentes”, iniciada ao final dos anos 50 com a conversibilidade das moedas européias, ampliando-se nos anos 70 com os mercados de euromoedas e acelerando-se com a desregulamentação financeira dos anos 80;
- b) acirramento da concorrência do sistema financeiro internacional - entre bancos de diferentes origens (americanos, europeus e japoneses) e entre bancos e instituições financeiras não-bancárias;
- c) ampliação do processo de internacionalização da produção de serviços financeiros - no qual os residentes de um país têm acesso cada vez maior a serviços financeiros de residentes de outro país.

Dentro do contexto da liberação financeira, alguns países implementaram processos de liberalização cambial, principalmente o Brasil na década de 90.

A liberalização cambial abrange o acesso ao mercado de divisas (conversibilidade), que pode ser livre ou limitado, ou o processo de formação de preço (determinação da taxa de câmbio), que pode depender exclusivamente das forças de mercado (livre flutuação) ou sofrer interferência governamental (câmbio fixo ou de flutuação administrada).

A conversibilidade trata do acesso ao mercado de divisas para qualquer transação econômica entre residentes e não-residentes ou somente entre residentes. Inclui-se aqui o comércio de bens e serviços, a remuneração de fatores de produção, a compra e venda de ativos monetários, financeiros e reais denominados e efetivamente transacionais em moeda estrangeira. A conversibilidade abrange tanto a política cambial de um país, como o acesso ao mercado internacional de bens, serviços e fatores (política comercial). Não há

restrição à conversibilidade com a fixação de taxas de câmbio (rêal ou nominal), tributação, regulamentação de taxas máximas e mínimas, definição de margens de comercialização (*spread*), e política de arbitragem. A liberalização cambial abrange a conversibilidade e a determinação da taxa de câmbio, ou seja, proporciona maior liberdade de operação para as forças de oferta e demanda no mercado cambial.

A vulnerabilidade externa é um elemento estrutural da evolução de economias em desenvolvimento, que têm experimentado distintos padrões de inserção internacional: fase primário-exportadora, modelo de substituição de importações e expansão das exportações com sacrifício do mercado. A vulnerabilidade externa pode ser manifestada em diferentes áreas: comercial, tecnológica, financeira e produtiva-real e é diante dela que países em desenvolvimento adotam mudanças do padrão de inserção internacional para superar esta fase.

A vulnerabilidade externa manifesta-se quando há crises de balanços de pagamentos ou mudanças de política econômica externa, como o choque do petróleo nos anos 70, a crise do endividamento externo nos anos 80 e a instabilidade do sistema financeiro internacional nos anos 90.

3.2 GLOBALIZAÇÃO COMO FENÔMENO FINANCEIRO

De acordo com a Revista PROFSSIONALIZAÇÃO (set/1996), a globalização financeira permite a administração de uma carteira de ativos em nível mundial. Os detentores de ativos, especialmente fundos de pensão, fundos de investimento e companhias de seguros buscam no exterior combinações de risco e retorno inexistentes em seus próprios mercados. Esse movimento tem gerado uma expansão inédita dos mercados de capitais em todo o mundo, significando não só o aumento vertiginoso dos volumes de recursos mobilizados, como também a criação de instrumentos financeiros adequados à nova situação.

Uma das grandes inovações financeiras dos anos 80 foi o processo de securitização, que consiste na formação de uma carteira de empréstimos e na venda de títulos garantidos por esses empréstimos. A securitização é radicalmente diferente do sistema tradicional de financiamento. Geralmente, uma operação securitizada envolve uma instituição depositária (um banco, que tenha originado a

carteira de empréstimos), uma companhia de seguros, uma corretora ou distribuidora de títulos e valores, investidores institucionais, uma empresa especializada em cobrança e, até mesmo, o governo.

O processo de securitização permite:

- a) redução do custo do crédito para o tomador;
- b) diversificação de riscos para os investidores;
- c) redução das restrições de alavancagem (acordo de Basileia) para a instituição depositária;
- d) maior liquidez aos investidores pela existência de mercados secundários de títulos.

Para os bancos comerciais tradicionais, a securitização de ativos tem levado a uma perda de participação de mercado, pois permite conectar diretamente tomadores de crédito e investidores, prescindindo de uma instituição bancária para viabilizar as operações.

A extraordinária expansão dos mercados futuros e de opções, nos últimos 20 anos, tem permitido a cobertura dos riscos de variações inesperadas dos preços de ativos, especialmente derivados das mudanças de taxas de juros, de taxas de câmbio, ampliando as possibilidades de administração de carteiras.

Com tudo isso, o sistema bancário tradicional perdeu participação na intermediação financeira. De fato, os novos instrumentos e formas de intermediação de recursos nada têm a ver com as formas tradicionais de operação bancária, fortemente apoiadas na captação de recursos junto ao público e na concessão de crédito, geralmente através de grandes redes de agências

Na verdade, os instrumentos securitizados de mercado de capitais foram desenvolvidos e operados por instituições não-bancárias, como os vários tipos de bancos de investimento, ao largo da intermediação bancária tradicional. Só num segundo momento os bancos comerciais adaptaram-se para operar nos novos mercados, mudando seu perfil para o que veio a ser chamado de banco universal ou global.

Uma consequência importante das novas formas de intermediação tem sido a queda contínua de margens (spreads) das operações. Para manter capacidade competitiva nos mercados globais, as instituições financeiras buscam:

- a) redução da estrutura e dos custos;

- b) investimento pesado em tecnologia e qualificação profissional;
- c) ampliação dos volumes das operações;
- d) criação de novos produtos, mais ajustados às demandas de seus clientes.

O sistema bancário brasileiro sentiu e ainda vem sentindo esses efeitos, especialmente a queda da inflação produzida pelo Plano Real, e essa estabilização fez com que o setor bancário aumentasse o ritmo de inovações financeiras e a expansão do mercado de capitais obrigou os bancos a se ajustarem mais rapidamente ao novo ambiente, sob pena de ficarem para trás ou mesmo desaparecerem.

3.3 FATORES IMPULSIONADORES DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Rene GARCIA Jr. (1996, p. 22-24), destaca que os avanços e as mudanças no mercado mundial tem sido os fatores impulsionadores da globalização financeira. O sistema bancário internacional abandonou o papel de financiador, em última instância, do processo de ajuste dos balanços de pagamentos nos países em desenvolvimento, em função das crescentes políticas de desintermediação e desregulamentação financeira implementadas pelos governos e instituições financeiras internacionais de controle e supervisão bancária. Estes fatores impulsionadores da globalização financeira podem ser destacados em:

- a) adoção de práticas e normas contábeis padronizadas como instrumento de apoio à integração e progressiva unificação das negociações de ações e bônus pelos países em desenvolvimento;
- b) a transformação do mercado norte-americano em importador de ações de empresas provenientes da Europa e países emergentes;
- c) a redução dos custos de informática e comunicações. Exemplo: a redução de 1.800 vezes em 10 anos do custo de aquisição de um computador ponderado pelo aumento na velocidade de processamento;
- d) ampliação do volume de negócios em face da desregulamentação das barreiras à mobilidade, da intermediação, da negociação de valores mobiliários e de estímulos à operacionalização de recebíveis e outros

instrumentos financeiros, com o aumento dos mercados de derivativos, de opções, futuros e *swaps*;

- e) a internacionalização desses instrumentos e ampliação das liberdades de mobilização de fundos e fluxos financeiros, que acarretou aumento na padronização de contratos, procedimentos e instrumentos legais, com efeitos sobre a formalização de garantias e usos de novos paradigmas comerciais;
- f) como resultado, temos o aumento da participação da renda gerada pela intermediação financeira sobre a renda total do sistema financeiro, mesmo com toda a desintermediação decorrente da desregulamentação ocorrida. Nos EUA e Inglaterra, ela aumentou de 4,1% em 1950 e 8,9% em 1990, para 9,8% em 1994, sendo que hoje o total de haveres financeiros objeto de intermediação pelo sistema - que em 1950 era igual a 98% - representa aproximadamente 42%.

Todas essas medidas representaram um espetacular crescimento do mercado de capitais mundial: o total do mercado de todas as ações totalizava US\$ 4,7 trilhões em 1986, e em 1995, chega a US\$ 15,2 trilhões. O aumento totalizou 232% em 10 anos contra um crescimento da economia mundial de 42% e de 65% no fluxo de comércio. Enquanto isso, a participação das ações dos mercados emergentes saltou de 3,6% do total em 1986 para 13,4% em 1995, com crescimento de 272%.

Outro fator de destaque é a liberalização financeira nas principais economias avançadas e periféricas que ensejou a constituição de um megamercado financeiro mundial, ou seja, o funcionamento de um mercado unificado de dinheiro e ativos não-monetários em escala global. O volume diário de transações cambiais se expandiu a uma taxa de 30% a.a. nos anos 80, alcançando a cifra de US\$ 1 trilhão em 1992, sem que se pudesse associar tal explosão a fluxos comerciais de bens e serviços e de investimentos produtivos.

As transformações financeiras envolveram também a expansão e a emergência internacional de "investidores institucionais" (fundos de pensão e fundos mútuos), com sua atribuição de gerir conjuntos de portfólios. Esses investidores, além de outras instituições financeiras não-bancárias, são responsáveis por operações de "engenharia financeira" com seqüências volumosas e complexas de

transferências de fundos e emissão de títulos, cruzando mercados intra e entre países.

3.4 AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO

Para os países em desenvolvimento a globalização traz muitas conseqüências, ou seja, ela gera novas e importantes oportunidades - mercados mais amplos para o comércio, maior diversificação de bens comercializáveis, mais influxos de capital privado, maior acesso à tecnologia. Por outro lado, essas oportunidades trazem também grandes desafios na área da gestão econômica. Esta integração global requer a adoção e a manutenção de um regime liberal de comércio e de investimentos.

No comércio, a concorrência é cada vez mais acirrada, com novas oportunidades favorecendo os mais ágeis. Na área financeira, a integração do mercado internacional de capitais e a conseqüente volatilidade dos fluxos de capital estão tornando mais complexa a gestão macroeconômica nos países em desenvolvimento.

A globalização aumenta a concorrência entre os regimes de políticas, ou seja, com a maior mobilidade de capital, os investidores passam a estudar melhor as oportunidades mundiais e a avaliar as políticas nacionais dos países. (DOWBOR, 1977)

3.5 EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

A partir do ano de 1995, desencadeou uma série de acontecimentos econômicos/financeiros em vários países, que vieram a afetar toda a economia mundial.

Em janeiro de 1995, o México foi o primeiro país a sofrer os efeitos da volatilidade de capital e que abalou todo o seu sistema financeiro, provocando uma fuga em massa de divisas do país e desencadeando uma onda de desconfiança em todos os mercados financeiros dos países em desenvolvimento. Esse acontecimento foi o primeiro alerta aos outros países que já vinham sofrendo alguns problemas com a saída de capital para economias mais estáveis. O impacto da crise mexicana foi tão grande que Charles Dellara: Diretor do Instituto Internacional de Finanças do

EUA disse: "Estivemos muito próximos de um colapso mundial, os sinais foram muito claros". (MENDES)

4 A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

4.1 O BRASIL DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO

A globalização representa sérios desafios para os países em desenvolvimento, ou “emergentes” como o Brasil. Este desafio é provocado pela integração cambial e financeira – sem padrão monetário estável ou o estabelecimento de um regime administráveis de paridade cambiais, entre os países.

A integração da economia mundial durante as décadas de 50 e 60 recebeu forte influência da estabilidade do dólar e hegemonia dos EUA (Estados Unidos da América), o que favoreceu a transnacionalização das empresas americanas. Outrossim, as empresas européias reagiram iniciando movimentos contra-ofensivos de transnacionalização.

Nesta época o Brasil atraiu investimentos para suas indústrias automobilística, mecânica e de material elétrico, dando um importante salto no processo de industrialização.

Ao final da década de 60 e início dos 70, a crise do dólar resultou numa crescente desregulamentação financeira ocasionando uma expansão do “euromercado” (mercado europeu). A partir de 1973, com a oferta de petrodólares, ocorreu uma nova fase de integração econômica mundial.

O Brasil integrou-se intensamente a este novo mercado de crédito, contratando grandes empréstimos tendo em vista a substituição das importações. Contudo, esta política de endividamento externos foi duramente atingida pela alta de juros flutuantes após 1979 e pela deterioração do comércio de trocas entre 1980/83.

A partir dos anos 70 e com força crescente na década de 80, com a desregulamentação financeira e o desenvolvimento de redes telemáticas mundiais integrando os mercados mundiais houve uma verdadeira globalização das finanças, afetando não só o Brasil como a América Latina de forma desfavorável.

Desta forma, o Brasil sofreu com a “crise da dívida externa”, entre 1979 e 1982, graças a elevação da taxa de juros internacionais, marginalizando o Brasil do mercado financeiro internacional até o início de 1990.

Somado a estes problemas, a desorganização das finanças nacionais do Brasil elevou a taxa inflacionária afastando os investimentos externos, e na década de 80 o país sofreu uma perda de posição no comércio internacional, sofrendo restrições crescentes, bem como teve que transferir um fluxo relevante de recursos para os credores externos.

A partir de 1990, ocorreu uma mudança no mercado financeiro internacional, graças a recessão nos Estados Unidos e nos outros países mais industrializados do mundo, favorecendo uma redução sucessiva nas taxas de juros de 8,1% para 3% nos EUA; de 7,5 para 2,1% no Japão; de 14,8 para 5,9% na Inglaterra.¹

Desta forma, os países em desenvolvimento foram inundados por capitais externos, principalmente aqueles que adotaram as fórmulas rígidas do FMI - Fundo Monetário Internacional, como o Brasil.

Com a implantação do Plano Real, a estabilidade provocou uma fragilização da balança comercial, aparecendo um grande déficit nas transações com o exterior.

Com o cenário externo favorável para a retomada do crescimento econômico a partir de 1994 principalmente para as exportações, facilitando a competitividade. Contudo, com a recessão iniciada no segundo semestre de 1995, houve uma recuperação das exportações de vários produtos industrializados.

O enfraquecimento do superávit comercial de 2% para 0,5% do PIB em 1995, significou uma fragilidade da economia brasileira frente à globalização, tudo por causa do câmbio sobrevalorizado com juros elevados do Plano Real.

De dezembro de 1998 a março de 1999, as reservas cambiais caíram US\$ 11 bilhões, depois de terem caído US\$ 30 bilhões no segundo semestre de 1998.²

No início de 1999, houve uma mudança brusca do sistema cambial, sendo que a partir de outubro do mesmo ano, ocorrem um processo de recuperação da economia brasileira.

Com o comportamento otimista da economia no último trimestre de 1999, com crescimento econômico de 4%, inflação 6% e 7% e saldo de US\$ 5 bilhões na balança comercial³, o governo sinalizava para uma expansão de 4% do PIB, em

¹ Fonte: FMI, World Economic Outlook, 1994 e 1995.

² Carta Mensal, v. 45, n. 540, p. 83, mar/2000.

³ Idem.

2000, dependo exclusivamente do desempenho das exportações e das importações, assim como da continuidade dos investimentos produtivos.

Com as medidas de desvalorização cambial de 1999, não houve a criação de novas barreiras tarifárias e não tarifárias às importações. Pela primeira vez, uma forte desvalorização cambial não foi seguida de medidas contra as importações. Foi uma prova inequívoca que a abertura da economia se consolida também na mentalidade de todo o governo, ou seja, o Brasil se prepara para a globalização.

4.2 O PROCESSO DE ABERTURA DO BRASIL

Segundo NOBREGA, Mailson (2000, p. 51), “a abertura da economia brasileira deve ser necessariamente unilateral. Seu principal objetivo não é o comércio exterior, mas o desenvolvimento. O alvo é contribuir para a modernização industrial, para a melhoria da qualidade e para o aumento da produtividade. Não pode depender, pois, de negociações prévias”.

Esta posição vem de encontro à globalização, ou seja, colocar a economia brasileira numa ampla integração com os outros mercados internacionais, na qual a modernidade e a competitividade são alvos fundamentais.

Esta abertura acarreta uma expansão forte e rápida da demanda, que a oferta doméstica não consegue atender a curto prazo. Com a estabilização do Plano Real, com uma economia aberta, o desequilíbrio entre oferta e demanda foi resolvido pelas importações, recriando o déficit na balança comercial, mas, sem provocar inflação ou desabastecimento.

Com essa binômio abertura e estabilidade tem contribuído para o processo de transformação na economia brasileira. Atualmente, a abertura significa: facilidades de importação para aquisição de equipamentos de última geração, redução da brecha tecnológica, avanços para a qualidade, queda dos preços dos produtos eletroeletrônicos de consumo.

Esta abertura não se resume somente a esses efeitos já citados. Com a eliminação das restrições às importações, fim da reserva de informática, privatização das telecomunicações, acesso à Internet permitiu aos brasileiros não só o acesso à modernas tecnologias, como também a construção de um novo ciclo de desenvolvimento no país.

4.2.1 A Abertura do Mercado de Capitais do Brasil

O mercado financeiro mundial tem vivido intensas transformações desde a década de 80. Entre elas a globalização é mais visível. Esta transformação acontece pela queda nas fronteiras do sistema e pelas inovações que permitiram sua maior integração com os mercados físicos.

A transformação do mercado financeiro se reflete com o avanço tecnologia da informação, permitindo ampliar e sofisticar seus produtos e gerar redução nos custos operacionais. A Internet também é um fator adicional de mudanças e permite a ampliação do acesso remoto das pessoas e das empresas aos serviços financeiros.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) inaugurou em 1999 a negociação pela Internet dispondo de um sistema eletrônico de negociação bem avançado e dispensa os gritos, o empurra-empurra e o estresse do pregão tradicional.

Segundo João de Pinha CABRAL(1999), existem dois fatores que impulsionaram essas mudanças:

- a) a desregulação: começou nos anos 80, em Londres com a eliminação da segmentação dos mercados. Continuou com a queda de restrições nos Estados Unidos permitindo a atuação continental dos bancos e ampliando a competição. A desregulação se espalhou pelo mundo e nos anos 90 chegou aos países em desenvolvimento como o Brasil;
- b) o avanço tecnológico: permitindo um maior desenvolvimento dos mercados futuros, intensa inovação nos produtos financeira, ampliação dos derivativos e disseminação das técnicas de securitização de recebíveis, aumentando a competição e caindo as margens. Os *spreads* (taxa de lucro) bancários, diminuíram pela pressão da concorrência em escala planetária e da perda de parte do principal mercado dos bancos, o de crédito, para outras instituições. O tradicional mercado do crédito imobiliário também está mudando e está sendo disputado por outras organizações.

Que o desenvolvimento do mercado financeiro como um todo (ou um forte mercado de capitais), melhora o desempenho econômico em grau muito maior do

que aquele que seria alcançado com as vantagens oferecidas apenas pelo crescimento do sistema bancário.

As transformações do mercado financeiro americano também estão ocorrendo na Europa, tendo como consequência o deslocamento de sua base, que migrou dos bancos comerciais para o mercado de capitais. Exemplo: quando as empresas precisam de recursos a custo baixo, colocam ações e papéis de dívida junto aos investidores institucionais, via bancos de investimento e outras instituições.

No Brasil, o sinal desta revolução já aparece: expansão dos fundos de pensão e da indústria de fundos mútuos, crescente importância dos bancos de investimento, empresas não-financeiras gerindo recursos de terceiros, securitização de recebíveis sofisticados mercados futuros, mercado acionário sustentado por investidores institucionais.

Este novo ambiente vai caracterizar-se por maior competição, queda de margens, redução de bancos e aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras.

No Brasil, essas mudanças no mercado financeiro e de capitais ainda dependem de uma reforma tributária que elimine a tributação das transações financeiras e o déficit público, que ameaça o crescimento da relação dívida pública/PIB aumentando o risco Brasil ao elevar os prêmios demandados para os que investem nesse mercado.

Os resultados da abertura do mercado de capitais no Brasil ainda dependem de reformas nos mecanismos de tributação e nas normas aplicáveis à abertura de empresas pelo governo.

Este processo de abertura para a globalização no Brasil tem por objetivo inaugurar um novo ciclo de expansão econômica no país. É deste processo que depende o crescimento econômico do país, embora seja necessário aproveitar as oportunidades que a globalização cria, como a liberdade econômica e a busca pela eficiência extrema.

5 A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

5.1 COMO ESTÁ ACONTECENDO A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

O processo de globalização financeira no Brasil está acontecendo devido a crescente mobilidade e desmaterialização da moeda reduzida a pura informação eletrônica, transmitida de maneira instantânea por redes de computadores através do espaço cibernético.

Assim, a globalização e a tecnologia da informação, se unem através do tempo e espaço, ou seja, de um lado a tecnologia de informação ajuda a globalizar a produção e os mercados financeiros, de outro, a globalização estimula a tecnologia pela intensificação da competição e aceleração da difusão tecnológica por meio do investimento estrangeiro diverso.

A globalização financeira no Brasil está sendo efetuada, principalmente, através da liberalização financeira que tem reforçado o entrelaçamento entre os bancos e mercados diversos, como o de empréstimos interbancários (doméstico e internacional), o de câmbio externo e o de derivativos de balcão.

Deve-se lembrar que a liberalização cambial significa também, maior acesso ao mercado, tanto pelo lado da oferta como da demanda. No caso brasileiro, esta liberalização tem sido um processo gradual das transações cambiais, tendo como finalidade: manter a competitividade das exportações, acumular e recuperar as reservas internacionais, bem como usar este processo como instrumento da política antiinflacionária.

O processo de liberalização cambial no Brasil surgiu com a criação do segmento de câmbio de taxas flutuantes em dezembro de 1988 para as transações relativas a viagens internacionais.⁴

Em 1989, outros tipos de transações foram incorporadas neste segmento, como: viagens a negócios, despesas com educação e saúde, uso do cartão de crédito internacional e transferências unilaterais. Assim, a partir de abril de 1991,

foram oficializadas várias operações, como: o uso de cartão de crédito internacional até o limite de US\$ 8 mil (Circular do Banco Central do Brasil nº 1936). Em agosto de 1993, através da Circular nº 2350, o Banco Central do Brasil permitiu que bancos realizassem operações de arbitragem com ouro brasileiro no mercado internacional, embora esse ouro já era negociado no mercado de câmbio flutuante desde março de 1990 (Circular nº 1690, do Banco Central do Brasil).

O sistema de câmbio flutuante foi autorizado pela Circular nº 1140 do Banco Central do Brasil, que permite operações sem a identificação do vendedor, o que permitiu uma ampliação da oferta de divisas neste mercado, oriunda tanto do mercado paralelo, como também de depósitos brasileiros no exterior. Este mecanismo permite uma mobilidade entre o mercado paralelo e o sistema oficial de câmbio, funcionando como uma “ponte” para o mercado paralelo, como também para o retorno de capitais brasileiros no exterior.

A Carta Circular nº 5 do Banco Central do Brasil, de 27 de fevereiro de 1969 e regulamentada pela Resolução nº 1946 de 29/07/92 e pela Circular nº 2242 de 07/10/92, permite uma grande oferta de divisas, mediante instituição financeira, pessoa jurídica ou pessoa física. Esta operação permite que não-residentes abrissem contas em moeda nacional em bancos no país e tenham livre movimentação dessas contas, criando-se assim, um mecanismo de estímulo à repatriação de capital e ao investimento externo.

Quanto a liberalização do movimento de capitais, houve uma série de medidas que permitem a eliminação do imposto de renda pago sobre remessas de 25% para 15%, maiores facilidades administrativas para as remessas e revogação da proibição de pagamento de royalties e assistência técnica entre matriz e filial, conforme Cartas Circulares nº 2165/91, 2198/91, 2266/92 e 2282/92 do Banco Central do Brasil.

Nas aplicações de capital de risco em bolsas de valores no Brasil, a Resolução nº 2028 de 25 de novembro de 1993 do Banco Central do Brasil, regulamenta os Fundos de Renda Fixa e Capital Estrangeiro, permitindo a redução de restrições quanto à composição de carteiras, prazos mínimos de permanência no

⁴ Conforme Resolução Nº 1552 e regulamentado pela Circular nº 1402 do Banco Central do Brasil.

país e flexibilidade de movimentação do capital externo no mercado de capitais brasileiros. (FREITAS, 2000)

5.2 REFLEXOS NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

Desde o início da década de 90, o sistema financeiro brasileiro vem atravessando uma dupla transição, do protecionismo à abertura externa e da megainflação para relativa estabilidade monetária.

Do ponto de vista das transações internacionais, várias restrições cambiais e barreiras ao comércio e aos movimentos de capital ainda persistem. No mercado interno, o programa de estabilização ainda não está completamente consolidado.

Entretanto, as transformações são irreversíveis. O retorno ao passado é pouco provável ou, melhor dizendo, estabilidade monetária e globalização são parte de um cenário em que o sistema financeiro brasileiro estará inserido.

A nova conjuntura econômica trouxe conseqüências de primeira ordem para o sistema bancário, conforme a revista *PROFISSIONALIZAÇÃO* (set/1996), podemos classificá-las em quatro grupos.

5.2.1 Mudanças na Intermediação Financeira

A perda gradual de participação da intermediação bancária tradicional a favor de novas formas de intermediação, especialmente aquelas inseridas no mercado de capitais (instrumentos securitizados) e as chamadas operações “sob medida” (tailor-made operations), ocorre em duas direções; aumenta a fração da intermediação financeira realizada fora do país (ou por instituições estrangeiras operando em território nacional) e cresce a parcela intermediada por instituições especializadas (bancos não-tradicionais). Isso produz três impactos sobre o sistema bancário:

- a) drástica redução nas margens (spreads) das operações, compensada por aumentos de volumes, tarifas e reduções de custos. Estruturas bancárias mais enxutas tendem a ganhar na competição por novos negócios;
- b) dificuldade em manter recursos cativos como, por exemplo, os chamados “fundos de poupança compulsória” ou os decorrentes da exigência de

que instituições públicas operem com bancos oficiais. Tais exigências constroem as escolhas dos agentes econômicos, que estarão cada vez menos dispostos a submeter-se a elas num ambiente globalizado;

- c) falta de espaço para a existência de grande número de bancos comerciais com extensa;
- d) rede de agências, realizando operações bancárias tradicionais. A exploração de economias de escala nessas atividades deve produzir um processo de concentração bancária, com uma forte redução do número de bancos comerciais tradicionais no País.

5.2.2 Introdução de Novos Produtos

Novos produtos desenvolvidos e testados no exterior são introduzidos no mercado nacional, especialmente os chamados de crédito “securitizados” junto ao mercado de capitais e as operações sob medida, desenhadas para atender às necessidades específicas de um cliente ou pequenos segmentos do mercado. Esses mecanismos são mais sofisticados do que os instrumentos tradicionais de crédito e procuram desenhar perfis de prazo, risco e retorno compatíveis com as necessidades dos tomadores de crédito e dos investidores. Os mercados futuros e de opções passam a fazer parte integrante das operações objetivando a limitação de riscos (hedge) e a exploração de oportunidades de arbitragens oferecidas pelos mercados.

No resto do mundo, a resposta do sistema bancário a esse novo ambiente competitivo foi o desenvolvimento do banco universal ou global, através da extensão das atividades bancárias tradicionais para abranger finanças corporativas (corporate finance) e produtos e serviços dos mercados de capitais e cambiais. Portanto, os bancos comerciais tradicionais estenderam suas atividades (conglomerados financeiros ou bancos múltiplos) para cobrir as áreas de atuação dos bancos de investimento, das corretoras e dos distribuidores de títulos.

5.2.3 Novas Tecnologias e Qualificação Profissional

O uso intensivo de tecnologia é a forma de se atingir os níveis de eficiência requeridos para participar competitivamente dos mercados globais.

Do ponto de vista dos recursos humanos, verifica-se a necessidade de um salto na qualificação profissional, a fim de dotá-los de conhecimentos e experiências para operar produtos novos e mais sofisticados.

No caso dos bancos comerciais tradicionais, avanços na automação bancária e nas telecomunicações podem reduzir custos pelo aproveitamento de economias de escala no volume de operações disseminadas por grandes redes de agências. Por isso, investimentos maciço em tecnologia e recursos humanos vem ocorrendo, exigindo níveis crescentes de capitalização dos bancos.

5.2.4 Mudanças na Regulamentação e na Normatização

A participação nos mercados globais exigiu uma revisão radical no aparato legal e regulatório das instituições e mercados financeiros no Brasil. Hoje esse aparato regulatório baseia-se no princípio de que “tudo é proibido que não seja expressamente permitido”, devendo evoluir para o princípio de que “tudo é permitido que não seja expressamente proibido”. Esta é uma tarefa gigantesca de mudança de mentalidade e de legislação, concebidas numa era de protecionismo e paternalismo estatal. A construção de um quadro institucional aberto, baseado em regras gerais consagradas nos mercados financeiros mundiais é o que estimula a competição e premia a criatividade e a eficiência.

5.3 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO SETOR BANCÁRIO

Experiências históricas têm mostrado que elevadas taxas de inflação provocam a desmonetização da economia e o colapso do sistema financeiro. Surpreendentemente isto não aconteceu no Brasil. As instituições financeiras souberam criar mecanismos inovadores que permitiram não apenas a adaptação e sobrevivência ao processo inflacionário, como também o acúmulo de capital, pela apropriação do imposto inflacionário gerado.

Segundo Hillbrecht, (1999, p. 109), destaca “em outras palavras, os bancos apropriavam-se par DP composto inflacionario, que são as perdas que a inflação gera para quem detém moeda. Quem mantinha depósitos a vista no sistema bancário tinha o valor real de seus saldos corroído pela inflação, enquanto os

bancos se apropriavam dessas perdas por meio de elevado spread, suas aplicações em títulos e empréstimos estavam ligadas à taxa de inflação enquanto os custos de captação de recursos via depósitos a vista não”.

Segundo ZULTAN (2002), visto que um dos principais objetivos de um sistema financeiro é a transferência de recursos entre agentes poupadores e captadores, a boa administração deste processo pelos bancos gera excelentes resultados financeiros. No trânsito destes valores, processo conhecido como floating, em períodos de inflação alta os depósitos à vista perdem valor real e os depósitos remunerados são corrigidos em percentuais abaixo da inflação.

No período que antecedeu o Plano Real, outro fator gerador de lucros para os bancos era o desequilíbrio das contas públicas. Ávido por dinheiro, o governo demandava grandes somas e remunerava bem, e com garantia. Isto não estimulava o direcionamento de recursos para o setor produtivo por parte dos bancos, afinal, emprestar para o governo gerava maiores ganhos com riscos menores. De acordo com dados da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos 90, a receita inflacionária dos bancos representava, em termos anuais, 4% do PIB (média anual de 1990 a 1993), em 1994 reduziu para 2% e em 1995 para menos de 1%.

A partir de 1995, a entrada do IED (Investimento Estrangeiro Direto) no setor bancário brasileiro tem sido determinada pela interação de um significativo conjunto de variáveis, principalmente com a redução da inflação, e portanto, do imposto inflacionário. Esse fato obrigou os bancos a efetuarem uma reestruturação a fim de aumentar a eficiência. A liberalização financeira e cambial também foi uma variável de enorme importância para a entrada de bancos estrangeiros no país.

Assim, o setor bancário tem registrado um amplo e profundo processo de reestruturação, marcado, em grande medida, pela concentração e pela desnacionalização. Em 1994, o Brasil tinha 230 bancos, reduzidos a 179 em 1998. A concentração bancária aumentou significativamente no período 1995/98, de tal forma que em 1997 os cinquenta maiores bancos responderam por aproximadamente 98% do ativo total, patrimônio líquido, número de funcionários e agências do conjunto de 179 bancos⁵. Nos anos 1995/98 foram vendidos pelo

⁵ Conjuntura Econômica, vol. 52, nº 6, junho de 1998, p. 26-39.

menos 25 bancos de porte grande e médio, que envolveram mudança de controle por meio de participação majoritária no capital (tab. 2). Neste conjunto, onze bancos brasileiros foram vendidos para estrangeiros. O número de bancos estrangeiros no conjunto dos cinquenta maiores bancos aumentou de nove em 1994 para quinze em 1997, e para vinte em 1998 (tab. 3). Deve-se ressaltar, ainda, que numerosos grandes bancos brasileiros como o Bozzano, BBA e Safra, têm participação de capital estrangeiro. Em outras palavras, metade dos grandes bancos no Brasil está controlada direta ou indiretamente pelo capital estrangeiro.

TABELA 1 - PRINCIPAIS BANCOS VENDIDOS NO BRASIL: 1995/2000

1995	1996	1997	1998	1999	2000
Nacional	BFB	Bamerindus	<i>Bandeirantes</i>	Continental	Credibanco
<i>Econômico*</i>	Banorte	<i>Geral do Comércio</i>	<i>Noroeste</i>	Bando do Estado do Bahia	Meridional
	A. de Queiroz	Credireal	<i>Garantia</i>	Banco do Estado de Goiás	Bozano
	Battistella	Banerj	<i>Excel/Econômico</i>	Banco do Estado de Goiás	Simonsen
	Fininvest	Meridional	Mappin	Banco do Est. Amazônia	Banco do Estado Maranhão
		<i>Boavista</i>	<i>Am. do Sul</i>	Banco Real	Banco Est de Santa Catarina
		BCN	Bemge		Banestado
		<i>Multiplic</i>	<i>Real</i>		Banespa Banco Boa Vista
			<i>Bandepe</i>		Banco das Nações
			<i>Pontual</i>		

FONTE: CADIN – DEORF/COPEC

* Os bancos em itálico foram comprados por estrangeiros.

Segundo CARVALHO (1998, p-45-48), dos 25 maiores bancos brasileiros existentes em 1994, onze – quase a metade – trocaram de mãos em apenas quatro anos. Esse é o balanço contundente do impacto do programa de estabilização econômica deslançado exatamente a partir daquele ano, no sistema financeiro.

Seis deles, ou seja, mais da metade, foram para as mãos de instituições estrangeiras com sensíveis mudanças no *ranking*. A compra de 70% do capital total e de 40% do capital votante do Real alçou holandês ABN Amro do 26º lugar no *ranking* por ativos de 1997 para o quinto lugar neste ano, excluindo-se o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF) da lista. O britânico HSBC, que apenas realizava operações de atacado pelo escritório do Midland, passou a ser o oitavo maior do País após a aquisição do Bamerindus que, em 1994, era o quarto maior.

O Santander comprou o Geral do Comércio e o Noroeste, conquistando o oitavo lugar no *ranking*, excluídos os estatais; e o Banco Bilbao Vizcaya (BBV) levou o Excel-Econômico. Os portugueses também demonstraram apetite: a Caixa Geral de Depósitos (CGD) comprou o Bandeirantes e o grupo Espírito Santo associado ao Crédit Agricole e ao grupo Monteiro Aranha assumiram o Boavista, que apenas não faz parte do levantamento porque não estava entre os 25 maiores bancos em 1994. Mais recentemente, o Sudameris abocanhou o América do Sul e saltou do 14º para o 12º no *ranking*.

Dos 25 maiores de 1994, dois foram privatizados, o Credireal e o Banerj, e agora são controlados por Bradesco e Itaú, respectivamente, os dois maiores bancos privados nacionais. Os outros foram absorvidos por grandes instituições brasileiras, o Nacional pelo Unibanco, que assim saiu do quinto para o terceiro lugar no *ranking*, o BCN pelo Bradesco e o BFB pelo Itaú.

TABELA 2 - OS MAIORES BANCOS DO BRASIL - 1994/98 - ATIVOS

Dezembro de 1994		Junho de 1998	
Banespa	42,7	Bradesco	68,7
Bradesco	33,0	Itaú	52,3
Itaú	14,9	Unibanco	31,3
Bamerindus	12,9	Banespa	24,4
Unibanco	11,0	<i>Real+ABN</i>	25,0
Nacional	10,1	Safra	17,1
Real	8,8	NC-NB	15,6
Safra	6,9	HSBC	14,1
BCN	6,7	Bozano+Meridional	13,4
Econômico	6,6	<i>Santander</i>	10,6
Credireal	5,0	CCF	10,3
Banrisul	3,9	<i>Sudameris+Am.Sul</i>	9,3
<i>Lloyds*</i>	3,9	<i>Citibank</i>	8,2
Banerj	3,8	<i>BBV</i>	7,4
Nordeste	3,8	BBA	7,3
Finasa	3,5	<i>Boston</i>	6,6
Noroeste	3,3	Finasa	6,1
<i>Sudameris</i>	3,1	Nordeste	6,0
BFB	3,0	<i>Bandeirantes</i>	5,3
Bozano	2,9	<i>Boavista</i>	5,5
América do Sul	2,7	Votorantim	4,7
BBA	2,4	Pactual	4,4
Bandeirantes	2,1	<i>Detsche</i>	4,2
ABN	2,0	<i>Lloyds</i>	4,1

FONTE: Conjuntura Econômica, vol. 52, nº 6, junho/1998.

* Os bancos em itálico foram comprados por estrangeiros.

(R\$ bilhões, excluindo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)

A participação desses grandes bancos estrangeiros no total do patrimônio líquido dos cinquenta maiores bancos aumentou de 6,3% em 1994 para 12,7% em 1997, e para 18,9% em 1998. Essa participação dos bancos estrangeiros no conjunto dos cinquenta maiores bancos não é muito diferente da participação no universo de 179 bancos operantes no Brasil, tendo em vista que os cinquenta maiores respondem por 98% das atividades bancárias no país. A desnacionalização do setor bancário brasileiro dobrou entre 1994 e 1997, e cresceu 50% em somente um ano (1998), (tabela abaixo).

TABELA 3 - BANCOS ESTRANGEIROS NO CONJUNTO DOS 50 MAIORES - BANCOS NO BRASIL: 1994/97/98 (SEGUNDO O PATRIMÔNIO LÍQUIDO)

1994	1997	1998
Sudameris	HSBC	Real
ABN-Amro	Citibank	HSBC
Lloyds	Sudameris	BBV
Boston	Noroeste	CCF
Chase	Boston	Sudameris
Citibank	ABN-Amro	Citibank
CCF	Chase	Noroeste
Fiat	CCF	Boavista
Norchem	Fiat	Lloyds
	Lloyds	ABN-Amro
	Tokyo-Mitsubishi	Bandeirantes
	GM	Fiat
	Credibanco	Chase
	Multibanco	Santander
	Morgan	Credibanco
		Citibank
		Toyo-Mitsubishi
		GM
		Multibanco
		Multiplic
Participação percentual dos bancos estrangeiros no conjunto dos 50 maiores bancos		
6,3	12,7	18,9

FONTE: Conjuntura Econômica, vol. 52, nº 6, junho/1998.

A entrada de capitais externos na economia nacional, especialmente no setor bancário, como observado nas tabelas acima, resulta num esforço financeiro para o País pela captação de poupança externa e acréscimo nas reservas internacionais, mas sobretudo, em ganhos econômicos decorrentes da introdução de

novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços possibilitando maior eficiência alocativa na economia brasileira.

O desencadeamento do processo de inserção da economia brasileira no mundo globalizado leva a uma significativa, contínua e irreversível tendência de crescimento do grau de relacionamento com o resto do mundo. Combinado com o relativo sucesso na busca de estabilidade econômica, objetivo maior do Plano Real, este fato traduz-se em expansão do mercado para instituições financeiras deixando, ainda, espaço para crescimento potencial adicional capaz de funcionar como fonte de disputa por parte de outros grupos econômicos.

O presidente do segundo maior banco privado do país SETUBAL, citado por GRIMBAU (2000, p. 7), segundo o qual:

Os bancos brasileiros estão se preparando para voltar a uma atividade básica, relegada a um segundo plano nos últimos anos: conceder empréstimos para financiar o aumento da produção por parte das empresas.

[...] O motivo para a mudança de estratégias nos bancos é que a inadimplência está diminuindo e a economia brasileira está mais segura, segundo SETUBAL. Além disso, como os juros, estavam em funcionamento e praticados pelo governo caíram muito, os bancos comerciais, sendo que bancos estão buscando outras fontes de receita.

Na visão de SETUBAL, deve ocorrer grandes novidades no sistema a partir de 2000, além do crescimento dos empréstimos e de uma redução da taxa de juros praticada pelos bancos.

É possível que ocorra uma nova onda de fusões e aquisições nos bancos depois da privatização do Banespa. Na avaliação de Roberto Setubal, quem perder o leilão terá de traçar uma nova estratégia para crescer ou desistir do mercado nacional.

Setubal calcula que existam hoje cerca de 30 bancos brigando pelo mercado de varejo. Dos 30, só devem sobrar quatro ou cinco grandes instituições nos próximos cinco anos, avalia Setúbal.

Em dezembro/1988, conforme tabela abaixo, mostra que estavam em funcionamento 104 bancos comerciais, sendo que 49 eram bancos privados, 26 tinham controle estrangeiro, aí incluídas 19 filiais diretas de bancos estrangeiros, e 29 eram bancos públicos. Considerando os ativos desses 104 bancos, o Relatório

Anual de Dezembro de 1988 do Banco Central do Brasil constata que 56,85% pertenciam a bancos com controle privado nacional, 9,62% , a bancos com controle estrangeiro, e 33,53% pertenciam a bancos sob controle governamental (21,55% pertenciam ao Banco do Brasil).

TABELA 4 - BANCOS EM FUNCIONAMENTO EM 1988 NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – POR TIPO E INÍCIO DE ATIVIDADE

Ano de Início	BC	BC CE	BC PUBL	Total
Antes de 1900			02	02
1900 a 1950	40	09	11	60
1951 a 1980	03	09	15	27
1981 a 1988	06	08	01	15
Total	49	26	29	104

Fonte: CADIN – DEORF/ COPEC

BC – Banco Comercial Privado Nacional, BC CE – Banco Comercial Privado com Controle Estrangeiro, BC PUBL – Banco Comercial Público

Em função de vários choques e programas de estabilização econômica e a internacionalização do capital, na década de 90 houve várias modificações neste quadro. A tabela abaixo, mostra a nova configuração do sistema bancário brasileiro no ano de 2000.

TABELA 5 - BANCOS EM FUNCIONAMENTO EM 31.12.2000 NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – POR TIPO E ANO DE INÍCIO DE ATIVIDADE

Ano de Início	BC	BC CE	BC PUBL	BMPN	BMP PE	BMP CE	BM PUBL	Total
Antes de 1900			01	01			06	08
1900 a 1950		03	01	15	01	09	06	34
1950 a 1980		08	01	03	10	03		16
1981 a 1988		04		22		02		38
1989	01					12		13
1990				17		05	01	23
1991	01			06		02		09
1992	02			03		03		08
1993				03		01		04
1994	01			03		01		05
1995	01			06		01		08
1996	01	01		02		03		07
1997	01			01		04		06
1998				01		01		02
1999	01					04		05
2000				01		04		05
	09	16	03	84	11	55	13	191

Fonte: CADIN – DEORF/ COPEC

BC – Banco Comercial Privado Nacional, BC CE – Banco Comercial Privado com Controle Estrangeiro, BC PUBL – Banco Comercial Público, BMPN – Banco Múltiplo Privado Nacional, BMP PE – Banco Múltiplo Privado com Participação Estrangeira, BMP CE – Banco Múltiplo Privado com Controle Estrangeiro, BM PUBL – Banco Múltiplo Público

Pela tabela, observa-se que, em dezembro/2000, funcionavam 191 bancos, sendo 16 bancos públicos nacionais e 71 com controle estrangeiro, aí incluídas 13 filiais diretas de bancos estrangeiros. De acordo com o Relatório Anual de Dezembro de 2000 do Banco Central do Brasil, os ativos totais dos 191 bancos encontravam-se distribuídos entre aqueles com controle governamental 24,33%, com controle privado 42,56% e com controle estrangeiro 33,11%. Dos 191 bancos que estavam funcionando ao final de dezembro de 2000, 64 já funcionavam desde dez/88, ou seja, contavam com no mínimo, 12 anos de funcionamento. Esses eram os bancos que haviam sobrevivido às transformações ocorridas durante o período 1989/2000, principalmente às mudanças ocorridas via internacionalização do capital e Plano Real.

Comparando as duas tabelas, verificamos que num período de 12 anos o controle de bancos estrangeiros passou de 9,62% em 1988 para 42,56% em 2000 e os bancos privados nacionais passou de 56,85% em 1988 para 42,56 em 2000, isso reflexo da estabilização econômica e globalização do setor bancário.

Em virtude dessas alterações percentuais acima, o número de funcionários na atividade bancária também caiu consideravelmente. A categoria profissional dos bancários brasileiros reduziu-se em quase sua metade entre os anos de 1990 a 2000. O país contava, em janeiro de 1991 com cerca de 754 mil bancários, em outubro de 2000, o volume de emprego era de 394.567, segundo dados do Ministério do Trabalho. Ao se tratar de redução de custos, uma das primeiras reações de qualquer administrador é a diminuição de postos de atendimento e, conseqüentemente, de funcionários. Só que este é um processo complexo, assim como também não é tão simples a demissão de um elevado número de funcionários num exíguo espaço de tempo, principalmente para as instituições públicas. Enquanto no Brasil há cerca de uma agência bancária para cada 4.500 pessoas, existe uma agência para 2.900 pessoas na Itália; uma para cada 2.000 pessoas na Alemanha e uma para cada 1.100 na Espanha. (OLIVEIRA, 2001)

6 AJUSTES ESTRUTURAIS DEVIDO À GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

A partir de 1992, ocorreram mudanças importantes no âmbito do Sistema Financeiro Brasileiro. Alterações relevantes na legislação e na supervisão bancária foram introduzidas e cerca de um terço dos bancos existentes em 1994 passaram por profunda reorganização societária, até o início de 1998 (Ministério da Fazenda, 1998)

A atividade foi marcada por profundas reformas no modelo operacional em função dos efeitos da globalização, bem como do aumento da participação estrangeira no setor e das exigências mais rigorosas de capital,

Essas pressões provocaram mudanças na composição acionária dos bancos, na busca de conquista de posições no mercado. De modo geral, o Setor Financeiro Brasileiro introduziu medidas de ajuste para acompanhar o aumento da competitividade, as quais incluem redução de número de funcionários e de agências, investimentos em tecnologias de transmissão de dados e processamento de informações, busca de novas fontes de receitas e adoção de estratégias de atuação em nichos.

O tamanho da indústria foi afetado pelas mudanças. A participação das atividades das instituições financeiras no valor adicionado à economia caiu de 15,9%, em 1994 para 6,4%, em 1999, (IBGE 2000).

O número de empresas do Setor Financeiro aumentou no período 1996 a 2000, principalmente em 1999/2000. Porém os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento e os bancos de investimentos tiveram seu tamanho reduzido, sendo os Fundos de Investimentos os responsáveis pela elevação do número de instituições (Banco Central, 2001)

Um grande impacto resultou do processo de reajustamento do setor bancário foi a redução do número de empregados que saiu de oitocentos mil, em 1988, para pouco mais de quatrocentos mil em 1998 (IBGE, 2000).

O capital estrangeiro aumentou a sua presença no sistema financeiro nacional. A participação de instituições estrangeiras no total do sistema foi ampliada de 15% para 20%, no que diz respeito ao patrimônio líquido e de 17% para 22% em relação ao volume de ativos, entre 1997 e 1999 (Banco Central do Brasil, 1999).

Com a introdução do Plano Real em 1994, houve acentuado número de aquisições de bancos públicos e privados que apresentavam problemas de adaptação ao tempo de baixa inflação e competitividade com os bancos estrangeiros, aumentando a concentração da indústria financeira no Brasil. Os grandes bancos continuaram a juntar-se a outros grandes em busca de escala, na crença de que maior tamanho permitisse custos proporcionalmente menores e resultasse em elevação de lucros, segundo OGAWA (1999).

Os ajustes ocorridos resultaram em redução das despesas administrativas do sistema bancário por unidade do ativo, em recuperação da rentabilidade do capital próprio e em manutenção da margem bruta da intermediação financeira no período de 1997 a 2000 (Banco Central do Brasil 2000)

O aprimoramento dos padrões de supervisão bancária e dos sistemas de controle de risco exigidos pelo Banco Central, nos últimos anos, ao lado da abertura do setor ao capital estrangeiro com a conseqüente entrada de novos padrões no mercado, proporcionou melhorias no perfil operacional dos bancos brasileiros e pode ter influenciado o desempenho obtido pelo setor no final da década de 1990 e início da década de 2000

A atividade de supervisão bancária executada pelo Banco Central, levou à decretação de regime de liquidação extrajudicial em várias instituições, e em sua maioria, distribuidoras de títulos e valores e administradoras de consórcios.

O final dos anos 90 foi marcado, em nível mundial, pela aceleração da “desintermediação bancária”, com crescimento e sofisticação dos mercados de capitais, obrigando as instituições financeiras a buscar parceiros e sócios, independentemente de fronteiras geográficas, a fim de fortalecer suas posições competitivas.

No Brasil, o mercado de capitais ganhou impulso em função das altas taxas de juros sobre o crédito, o que fez com que os capitais locais e estrangeiros fossem direcionados para as bolsas de forma intensa, provocando aumento das atividades de corretoras e distribuidoras especializadas em compra e vendas de ações.

Como reação ao aumento da concorrência global e à redução das margens de lucro provocadas pela estabilização da economia, o setor financeiro voltou-se para a criação de novos produtos e serviços a fim de manter sua competitividade e

lucratividade. Assim, a função marketing ganhou espaço nos bancos e em outras empresas financeiras.

Produtos e serviços de maior valor agregado foram desenvolvidos, sem que houvesse aumento significativo nos preços finais. Cresceu o desenvolvimento de produtos e serviços sob medida para nichos de mercado de maior poder aquisitivo, com aumento da sofisticação e das facilidades de operacionalização dentro da visão de tempo real de produtos personalizados. Também os prazos e a remuneração dos produtos passaram por processos de maior flexibilização, de modo a oferecer maior valor aos consumidores.

Cresceu a disputa dos bancos na atuação junto a grandes empresas e sua cadeia produtiva no papel de consultor na gestão financeira. A concorrência pelo serviço reduziu o poder de barganha dos bancos, aumentando os custos e o esforço mercadológico. O resultado foi o aumento da sofisticação das operações dos bancos, em negócios de fusões, aquisições, consolidação, extinção, reprogramação, modernização e capitalização de empresas.

Além da racionalização do trabalho e da redução das camadas gerenciais em diversos setores da atividade financeira, houve, no período de 1998 para cá, enxugamentos e racionalização de processos e muitos bancos adotaram a centralização do gerenciamento de caixa como forma de otimização da gestão de recursos. Foi grande o movimento de especialização de bancos médios ou sua incorporação a grandes grupos, com expressiva redução de custos. A redução do número de empregados em estabelecimentos financeiros foi o principal reflexo do enxugamento e adaptação aos novos níveis de concorrência no setor.

Houve adequação da política de tarifas ao novo ambiente competitivo, levando à queda de tarifas bancárias ao longo do período, ao mesmo tempo em que as receitas com tarifas passaram a ser mais significativas no resultado dos bancos, principalmente nos bancos estrangeiros.

As alianças estratégicas entre instituições financeiras e clientes, ou entre si, foram amplamente utilizadas, em função da redução dos spreads bancários e da crescente necessidade de atendimento integral das demandas por produtos e serviços financeiros.

A forma de distribuição dos produtos do setor financeiro caracterizou-se pela mudança de perfil das empresas do Setor para bancos de relacionamento, com uso

intensivo da tecnologia de informação. Cresceu a utilização do auto-atendimento para operações massificadas e desenvolveu-se, de forma acentuada, o uso da telemática, com crescimento da utilização de “dinheiro eletrônico”. Em função disso, ocorreu mudança de perfil das agências e intensificação do uso de canais eletrônicos para comunicação com os clientes, além da migração de transações para fora das agências e crescimento do tele-atendimento.

O crescimento acelerado dos meios eletrônicos de transferência de recursos para atender a exigências dos consumidores bancários de maior comodidade e de menores custos levou à redução significativa da utilização de cédulas e cheques..

Os bancos brasileiros assumiram a liderança no desenvolvimento do “internet banking” na região da América Latina, devido à alta sofisticação dos sistemas tecnológicos empregados nos anos de alta inflação, que, desde então, foram melhorados e adaptados. Em média, os bancos no Brasil, investiram mais de US\$ 1,5 bilhões em informação e tecnologia bancária desde 1998. No final de 1999, 67% de todas as transações bancárias no Brasil, foram executadas eletronicamente (Moody's, 2000), hoje essas transações chegam a 85% de todas as transações bancárias.

Os grandes bancos brasileiros posicionaram-se como bancos de varejo, como oferta de portfólio completo de produtos e serviços, utilizando-se de uso intensivo de “pacotes de serviços” em detrimento da cobrança isolada por serviço.

Essa adaptação e modernização do setor bancário nacional foi apressada devido a abertura do setor aos bancos estrangeiros, que chegaram com uma forma de atuação diferenciada obrigando os bancos nacionais a se reestruturarem para não correr o risco de desaparecerem, como aconteceu com muitas instituições financeiras que eram tidas como intocáveis a tão pouco tempo atrás e hoje não existem mais, e muitas delas em função talvez de má gestão, mais principalmente porque não conseguiram se adaptar aos novos tempos da globalização financeira. (OLIVEIRA, 2001)

7 CONCLUSÃO

A globalização é um processo que vem acontecendo na economia mundial de longa data, e a expansão do capitalismo tem provocado uma aceleração nesse processo. Alguns autores citam fatos que provocaram ou aceleraram o processo de globalização, como a guerra fria; desgaste do modelo de crescimento industrial; advento de novas tecnologias; expansão das multinacionais e aumento populacional.

A globalização financeira foi impulsionada por fatores como práticas e normas contábeis padronizadas, transformação do mercado norte-americano em importador de ações de empresas européias e países emergentes, redução do custo de informática e comunicação, ampliação do volume de negócios em face da queda das barreiras da intermediação financeira, ampliação das liberdades de mobilização de fundos e fluxos financeiros, aumento da participação da renda gerada pela intermediação financeira, foram medidas que representaram um grande crescimento do mercado de capitais mundial.

O que se percebe é que as pessoas que escrevem sobre esse assunto, divergem sobre os fatores que provocaram ou apressaram a globalização financeira.

Em parte a maioria delas concordam que a globalização é um processo que teria que acontecer cedo ou tarde, as divergências que há entre elas referem-se aos beneficiados com esse processo. Há uma certa concordância de que os países desenvolvidos são os maiores beneficiados com a globalização financeira, pois os países em desenvolvimento ou emergentes como é o caso do Brasil, sofrem mais esse impacto, devido a grande volatilidade do capital, principalmente o capital especulativo; que vem e vai em busca de maiores lucros e segurança, ao menor sinal de variação de altas nas taxas de juros dos EUA, imediatamente verifica-se os reflexos, com a saída de capital para países com economia mais estáveis.

Muito embora existam opiniões contrárias e favoráveis ao processo de globalização financeira, não podemos fugir ao fato de que ela existe e é um processo irreversível, e o país não consegue ficar fora desse processo, o que precisa ser feito e que o governo vem buscando, é melhorar nosso sistema político, econômico, fiscal e tributário, na busca de mais estabilidade, ajustando-a aos

padrões internacionais em que não haja mudanças ou variações constantes que venham a causar instabilidade, fazendo com que investidores tenham confiança no país, trazendo investimentos de longo prazo.

Por outro lado a globalização financeira provocou uma grande melhoria no setor bancário, principalmente na qualidade dos produtos, serviços, intermediação financeira e principalmente na melhoria tecnológica.

Hoje temos instituições financeiras que podem ser comparadas em qualidade e agilidade em relação à outras instituições de outros países.

Com relação ao mercado financeiro nacional, e em especial aos bancos brasileiros, a abertura provocada pela globalização financeira, mostra dois momentos distintos.

O primeiro, logo no início dos anos 90, quando dava-se a impressão que os bancos nacionais iriam sucumbir diante da invasão de bancos estrangeiros chegando ao país fazendo aquisições, provocando uma inquietação no mercado financeiro, pois o País não tinha normas e leis claras sobre esse processo de internacionalização de capitais, e parecia que os bancos estrangeiros estavam muito mais preparados, administrativamente e economicamente, para competir em um mercado globalizado. O que se seguiu nos anos seguintes foi uma instabilidade no mercado financeiro nacional. Começava neste momento, não só pela globalização financeira, mas também pelo processo de estabilização econômica, o desaparecimento de bancos que não se imaginava pudesse acontecer, como por ex. Banco Nacional, Econômico, América do Sul, Bandeirantes, Bamerindus, Banespa, Banestado e etc.

Dava-se a impressão que os bancos brasileiros não estavam preparados para suportar essa invasão estrangeira e o processo de estabilidade econômica em implantação no Brasil.

Num segundo momento, vemos que o sistema financeiro começou a se fortalecer, houve um aumento significativo de bancos, passando de 104 instituições em 1988, para 191 instituições em 2000, e os principais bancos privados brasileiros, como Bradesco, Itau, Unibanco, passaram a adquirir outros bancos, aumentando sua capacidade de atuação e poder no sistema financeiro nacional.

Os bancos públicos, também passaram por momentos muito delicados no início dos anos 90, obrigando-os a se modernizarem, tanto administrativamente

como tecnologicamente, para poderem acompanhar a tendência da evolução dos sistema bancário.

O Banco do Brasil foi exemplo de mudança nesse período, passou de um banco atrasado tecnologicamente para ser hoje um banco moderno, com uma eficiência comparável aos mais modernos do mundo. No início dos anos 90 o Banco do Brasil tinha poucas agências interligadas on-line, e seu sistema tecnológico estava totalmente defasado, se comparado a bancos privados como Bradesco, Itaú, e assim. todos os outros bancos públicos estavam na mesma situação ou até piores.

Hoje o Banco do Brasil se tornou um dos mais modernos banco do Brasil, com 100% de seus mais de 4.000 pontos de atendimentos totalmente interligados on-line, com uma tecnologia de automação bancária moderna.

Portanto, a globalização financeira, causou impactos positivos no setor bancário nacional, obrigando-os a uma modernização para sobreviverem, percebe-se, que o Brasil possui hoje um sistema bancário ajustado, moderno, com uma fiscalização muito mais eficiente pelo Banco Central do Brasil, não permitindo que situações como as ocorridas na década de 90, volte a afetar todo o sistema bancário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bacen.gov.br/htms> Acesso em: 01 abr. 2004.
- BANCO DO BRASIL S. A. **No pós-real: um estudo de caso.** Porto Alegre: Zultan, Venâncio Edgar, 2002
- CABRAL, J. de P. Mundialização, Reestruturação e Competitividade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 53, março/1999.
- CARVALHO, F. J. C. de. Câmbio, Termos de Troca e Competitividade. **Boletim de Conjuntura.** Instituto de Economia - UFRJ, 2000.
- DOWBOR, L., et al. **Desafios da globalização.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FREITAS, M. C. P. de. A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira. **Revista estudos econômicos.** São Paulo, vl. 30, nº 3, 2000.
- GARCIA Jr., R. Globalização: estabilização e reformas. **Conjuntura Econômica**, nov. de 1996.
- GONÇALVES, R. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- GRIECO, F. de A. **O Brasil e a globalização econômica.** São Paulo: Aduaneira, 1997.
- GRIMBAUM, R. Estudo prevê a megafusão bancária. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jan. 2000. Caderno dinheiro, 2º caderno.
- HILLBRECHT, R., **Economia Monetária.** São Paulo: Atlas, 1999.
- IANNI, O. **A era do globalismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.net/presidencia/noticias>. Acesso em: 20 mar. 2004.
- LACERDA, A. C. de. **O impacto da globalização na economia brasileira.** São Paulo: Contexto, 1998.
- MENDES, N. R. N. **Globalização do Mercado Financeiro** Disponível em: <www.febraban.org.br> Acesso em: 10 mar. 2004.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA . Secretaria de Política Econômica. **Reestruturação de Setor Financeiro.** Brasília, Jan de 1998.

MOODY'S Investors Servic: Global Credit Reserch, **Brasil: perspectivas para o sistema financeiro**. Julho de 2000.

NÓBREGA, M. da. **O Brasil em transformação**. São Paulo: Gente, 2000.

OGAWA, A. Bonito na Foto. **Exame**, São Paulo, v.700, n.22, 3 nov.1999.

OLIVEIRA, M. de L. A. **Adaptação Estratégica no Setor Bancário**. Florianópolis, 2001.

PETRELA, R. **A Tarde de Salvador**, Bahia 12/12/1995.

REVISTA CARTA MENSAL , mar/2000.

REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA, Jun/1998.

REVISTA PROFISSIONALIZAÇÃO. **Globalização, Impactos no setor bancário, fascículo**, n.3, set 1996.

REVISTA SUMA ECONÔMICA - Out/2000.